

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 92000/2025 (SRP)

UASG: 158154 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Objeto: Sistema de Circuito Fechado de TV – Item 16

Recorrente: 62.824.700 PAULO HENRIQUE DE GOES GERENA

CNPJ: 62.824.700/0001-58

Recorrida: VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA – CNPJ 27.975.551/0003-99

I – SÍNTESE DOS FATOS

A empresa recorrida apresentou proposta para o Item 16 – Sistema de Circuito Fechado de TV, ofertando o equipamento TP-Link VIGI NVR2016H.

Após análise técnica minuciosa das especificações oficiais do fabricante, constatou-se que o produto NÃO ATENDE A TRÊS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS DO EDITAL, a saber:

- Ausência de Filtro IP
- Ausência de DDNS
- Ausência de FTP

Essas funções são obrigatórias no edital e compõem requisitos de rede e segurança do equipamento.

Diante dessa desconformidade, a manutenção da classificação da empresa recorrida afronta diretamente a vinculação ao edital, a isonomia, o julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa, princípios previstos na Lei 14.133/2021.

II – DOS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS DO EDITAL

Entre outras exigências, o edital determina que o NVR possua:

- HTTP/HTTPS/TCP/IP/IPv4/IPv6/RTSP/UDP/NTP/DNS/Filtro IP/DDNS/FTP/E-mail/SNMP

Tais requisitos são claros, específicos e de atendimento obrigatório, não comportando flexibilização.

III – DO NÃO ATENDIMENTO TÉCNICO DO EQUIPAMENTO TP-LINK VIGI NVR2016H

Após análise da ficha técnica oficial do TP-Link VIGI NVR2016H, verificou-se que três funcionalidades obrigatórias NÃO constam entre seus protocolos suportados, conforme documentação do próprio fabricante:

- Inexistência da função “Filtro IP”

O equipamento não declara possuir Filtro IP, política de bloqueio ou permissão de acesso por IP, fundamental para controle de acesso ao NVR.

- Inexistência do protocolo “DDNS”

A função de Dynamic DNS (DDNS) não aparece em nenhum ponto das especificações.

- Inexistência do protocolo “FTP”

O protocolo FTP, exigido expressamente pelo edital, também não consta nos protocolos de rede suportados pelo equipamento.

Assim, a proposta da empresa recorrida está em desacordo direto com requisitos objetivos do edital, configurando falha técnica grave e insanável.

IV – DA ENFÁTICA AUSÊNCIA DO FILTRO IP – RISCO DIRETO À SEGURANÇA DA ADMINISTRAÇÃO

A exigência de Filtro IP não é um detalhe técnico secundário: trata-se de um requisito fundamental de segurança para sistemas de CFTV.

O Filtro IP permite:

- controlar quais endereços IP podem acessar o NVR;
- impedir conexões externas indevidas;
- bloquear dispositivos não autorizados;
- prevenir ataques cibernéticos, invasões, acessos anônimos e exploração de vulnerabilidades;
- proteger dados sensíveis de vídeo — especialmente imagens de ambientes escolares, sujeitas a LGPD.

O equipamento VIGI NVR2016H não possui essa funcionalidade, segundo o próprio fabricante.

Essa deficiência expõe o Instituto Federal a riscos sérios, como:

- invasão do sistema por agentes externos;
- acesso indevido às imagens do campus;
- violação de privacidade de estudantes, servidores e terceiros;
- vazamento de dados sensíveis;
- quebra de cadeias de custódia de gravações;
- comprometimento de investigações internas e segurança patrimonial.

A exigência editalícia tem razão de ser: é medida de proteção institucional e requisito técnico mínimo para ambientes onde a vigilância é essencial.

Permitir a aceitação de um equipamento sem controle de IP violaria não apenas o edital, mas também:

- o princípio da segurança (art. 5º, V, Lei 14.133/21);
- a vinculação ao instrumento convocatório;
- o interesse público;
- o dever de proteção de dados sensíveis e bens públicos.

Portanto, somente a ausência do Filtro IP já é suficiente para a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa recorrida — mas o produto falha em outras duas exigências (DDNS e FTP), tornando ainda mais evidente a irregularidade.

V – DA INVIABILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO OU CORREÇÃO

Por se tratar de incompatibilidade técnica do produto, e não de documento faltante, a falha é insanável.

Não existe atualização, firmware ou adaptação que possa inserir:

- Filtro IP/DDNS/FTP – no documento ofertado

Portanto, a proposta não pode ser convalidada, conforme art. 64 da Lei 14.133/2021.

VI – DOS PRINCÍPIOS VIOLADOS

A aceitação da proposta da empresa recorrida afronta:

1. Vinculação ao edital (art. 5º, IV)

O edital exige expressamente os três recursos faltantes.

2. Julgamento objetivo (art. 5º, III)

O critério de atendimento é técnico e verificável:
não consta, não atende.

3. Isonomia (art. 5º, I)

Permitir equipamento incompleto prejudica licitantes que atenderam integralmente.

4. Seleção da proposta mais vantajosa (art. 11)

A Administração não pode receber equipamento desprovido das funções mínimas de segurança e operação.

VII – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

1. O **recebimento** do presente recurso, com efeito suspensivo (art. 165, §1º, Lei 14.133/21);
2. A **desclassificação** da empresa VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, por não atendimento técnico do edital;
3. A **reclassificação** das demais propostas, respeitada a ordem de vantajosidade;
4. Caso necessário, remetimento à **área técnica** para parecer conclusivo confirmando o não atendimento das funções Filtro IP, DDNS e FTP.

VIII – CONCLUSÃO

Diante de três falhas técnicas claras e objetivas — especialmente a ausência do Filtro IP, que compromete diretamente a segurança da rede e do patrimônio institucional — resta plenamente configurada a necessidade de DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da empresa VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, garantindo-se:

- a legalidade,
- a isonomia,
- o julgamento objetivo
- e a vinculação ao edital.

Termos em que, pede deferimento.

Ilha Comprida/SP, 02 de Dezembro de 2025.

Paulo Henrique de Goes Gerena
Empresário – Representante Legal
CPF: 473.859.408-70
CNPJ: 62.824.700/0001-58